



Eunício diz que poderá ouvir novo governo sobre Orçamento

Presidente do Senado lembrou que o projeto de Lei Orçamentária para 2019 deve ser votado pelo Congresso até 22 de dezembro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que está disposto a receber o novo presidente da República para conversar sobre o projeto da Lei Orçamentária para 2019.

O senador lembrou, no entanto, que, como a Constituição determina que o Orçamento seja aprovado até 22 de dezembro e o novo presidente e os novos parlamentares só tomam posse no ano que vem, caberá aos atuais senadores

e deputados propor alterações e aprovar a lei.

Eunício disse ainda que, em seu período como presidente do Senado, o Orçamento foi aprovado sempre no prazo.

Até agora, 10 das 13 comissões da Casa apresentaram emendas ao Orçamento. Ainda faltam as Comissões de Constituição e Justiça, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente. O prazo para apresentar emendas vai até 1º de novembro. **3**



João de Araújo/Agência Senado

Eunício afirmou que durante sua gestão como presidente do Senado a Lei Orçamentária foi aprovada sempre no prazo

Reajuste do piso salarial de agentes comunitários é lei

Foi publicado ontem no *Diário Oficial da União* o reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, que havia sido vetado na lei que regulamentou a atividade. Com isso, a categoria terá reajuste de 52,86%, escalonado em três anos. Em 2021, o valor será de R\$ 1.550.

Pela lei, os agentes devem cumprir 40 horas semanais integralmente dedicadas a ações e serviços a famílias e comunidades assistidas. **2**



Divulgação/SUS

Agentes atendem crianças da comunidade do Morro da Coroa, no Rio de Janeiro

Projeto veda publicidade de produtos nas escolas

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor pode votar hoje a proibição do apelo ao consumo em escolas da educação básica. O projeto proíbe a veiculação, nas dependências de qualquer estabelecimento de ensino da educação básica, público ou privado, de publicidade para divulgação de produtos, serviços, marcas ou empresas, independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado. As exceções são informações relacionadas diretamente à instituição de ensino e às atividades da comunidade. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Projeto permite anunciar apenas assuntos da comunidade escolar

Jornal do Senado completa 5 mil edições amanhã

Em comemoração, em vez da edição diária, será veiculado amanhã um especial sobre o jornal. A partir das notícias publicadas desde 95, a edição mostrará como o Brasil evoluiu e o Senado participou da história do país.

Medida sobre prazo para o Funrural perde a vigência

O fim da vigência da medida provisória que estendia até 29 de setembro de 2017 o prazo para adesão ao chamado Refis do Funrural foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*. Atualmente está valendo a MP 842/2018, que estende o prazo até 30 de dezembro de 2019. **2**

Parecer sobre MP do setor automotivo pode ser votado hoje

A comissão mista que analisa a medida provisória que instituiu nova política industrial para o setor automotivo pode votar o parecer hoje. Chamado de Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística, o regime automotivo substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. **4**

O Brasil em construção

Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Agentes de saúde e contra endemias terão aumento

Senadores e deputados derrubaram veto de Temer ao reajuste anual para as duas categorias. O aumento vale a partir de 2019. As alterações na lei foram publicadas ontem no *Diário Oficial da União*

OS AGENTES COMUNITÁRIOS de saúde e os agentes de combate às endemias terão o reajuste de 52,86% do piso salarial garantido. É o que determinam trechos da Lei 13.708, publicados ontem no *Diário Oficial da União*. Esses dispositivos haviam sido vetados pela Presidência da República, mas os vetos foram rejeitados pelo Congresso no dia 17.

O reajuste foi vetado (VET 32/2018) pela Presidência da República após consulta aos Ministérios do Planejamento, da Justiça, da Fazenda e da Saúde.

Michel Temer alegou que o aumento do piso é inconstitucional, por não ter sido de iniciativa do Executivo. Segundo ele, o aumento fere ainda o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Lei de Responsabilidade Fiscal, por ter sido concedido sem qualquer estimativa de impacto financeiro.

Rejeição

Deputados e senadores decidiram derrubar o veto, restaurando a validade do



Agente de saúde em Joinville (SC): salário chegará a R\$ 1.550 em 2021

reajuste incluído no projeto de lei de conversão que propuseram em substituição à MP 827/2018.

Pelo texto, a remuneração dos agentes será de R\$ 1.250 a partir de 2019; de R\$ 1.400 em 2020; e de R\$ 1.550 em 2021. A partir de 2022, o piso será reajustado anualmente em percentual definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou a derrubada do veto:

— Os agentes comunitários têm um papel fundamental numa saúde que é precária, principalmente para os po-

bres do Brasil. Essas pessoas são anjos da guarda sem asas. Estão todos os dias nas portas de pessoas que não têm condição de tratamento, que não têm um plano de saúde, que ficam três, quatro meses numa fila para serem atendidas no SUS [Sistema Único de Saúde]. É mais do que justo e correto.

De acordo com a Lei 13.708, a jornada de 40 horas semanais exigida para garantia do piso deve ser integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias das famílias e comunidades assistidas.

Ione comemora derrubada de veto que afetava agentes

Ione Guimarães (PTB-GO) disse que foi justa a decisão do Congresso Nacional de derrubar veto a artigo de lei que estabelece piso salarial de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

De acordo com a senadora, é preciso reconhecer a valorizar o trabalho dessas categorias, por meio de uma política salarial digna, uma vez que atuam em ações de saúde em prol da população.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kátia Abreu vê injustiça na condenação e prisão de Acir Gurgacz

Kátia Abreu (PDT-TO) considerou que Acir Gurgacz (PDT-RO), preso em regime fechado, foi vítima de uma condenação injusta. Ela criticou a pena máxima imposta a um réu primário e com bons antecedentes.

— Eu peço ao Supremo Tribunal Federal que possa revisar essa pena monstruosa para um réu primário de boa índole e boa condução, um avalista de uma operação com pena máxima, que está fazendo falta a este Plenário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

“Entrei ficha-limpa e saio ficha-limpa”, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) apresentou ontem, em Plenário, um balanço de sua atuação nos oito anos de mandato. Candidata a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin, Ana Amélia não concorreu à reeleição.

— Entrei ficha-limpa e saio ficha-limpa, com a dignidade de ter cumprido meu dever. Deixo cinco leis de minha autoria. Uma delas obriga planos de saúde a pagar remédio quimioterápico oral para os clientes que têm câncer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vence vigência de MP sobre prazo de adesão ao Refis do Funrural

Venceu a vigência da medida provisória que estendeu até 29 de setembro de 2017 o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), conhecido como Refis do Funrural. O ato declaratório de perda de vigência da MP 798/2017 foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

Uma outra medida que estendia o prazo até 30 de outubro também perdeu a

vigência (MP 834/2018).

Atualmente está valendo a MP 842/2018, que estende o prazo para a quitação das dívidas rurais até 30 de dezembro de 2019 e prevê descontos para a quitação de empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A medida foi aprovada na semana passada pelo Senado e aguarda sanção do presidente da República.

Cidinho diz que novo governador de MT deve tirar ferrovias do papel

Cidinho Santos (PR-MT) afirmou que, entre os principais compromissos do governador eleito de Mato Grosso, Mauro Mendes, está a logística. Ele citou projetos da Ferronorte, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que vai auxiliar no escoamento da produção de grãos pelos Oceanos Atlântico e Pacífico, e da Ferrogrão, que ligará o estado ao Rio Tapajós, no Pará. Esses projetos, salientou, devem ser tirados do papel em seis anos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José destaca aniversário de cidades do Distrito Federal

Hélio José (Pros-DF) destacou ontem o aniversário de Samambaia e do Paranoá, no Distrito Federal. O senador lembrou que a primeira foi fundada em 1989 e tem hoje 250 mil habitantes.

Quanto ao Paranoá, lembrou que até hoje a população, de mais de 50 mil habitantes, não tem escritura pública de suas casas, o que constitui um dos grandes problemas da cidade.

Hélio José também disse estar preocupado com a situação do Entorno do Distrito Federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 843/2018 Setor automotivo
10h Análise de relatório.
PLENÁRIO Sessão não deliberativa
11h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CTFC Publicidade infantil
11h O PLC 106/2017, que proíbe publicidade infantil em escolas públicas e privadas, é um dos 8 itens da pauta da comissão.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Eunício diz estar aberto a ouvir novo presidente

Presidente do Senado se colocou à disposição para conversar com o novo presidente da República sobre o Orçamento, mas lembrou que mudanças no projeto têm de ser propostas pelo atual Congresso

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que não lhe cabe procurar o candidato à Presidência da República, que será eleito no dia 28, para negociar alterações no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, em tramitação no Congresso.

— Cabe a mim colocar em votação o projeto que foi enviado ao Congresso, com suas devidas emendas. Como nós estamos em um regime democrático, eu estarei aberto a receber o novo presidente — afirmou.

Eunício explicou que, como a Constituição determina que o Orçamento seja votado até 22 de dezembro e o presidente e os novos parlamentares elei-

tos só tomam posse em 2019, o PLN 27/2018 poderá ser modificado apenas pelos deputados e senadores da atual legislatura, que se encerra em 15 de fevereiro. Propostas de alteração do projeto, portanto, terão de ser apresentadas por esses parlamentares.

— Enquanto fui presidente do Congresso, sempre votamos a Lei Orçamentária Anual dentro do prazo. Eu pude atender o pedido dos parlamentares de ampliar o prazo da entrega das emendas ao Orçamento, que seria 20 de outubro, para 1º de novembro. Mas nunca saímos em recesso sem votar o Orçamento. Desejamos manter o cumprimento da Constituição — disse Eunício.



João de Araújo/Agência Senado

Em entrevista, Eunício afirmou que pretende votar o projeto da Lei Orçamentária até o dia 22 de dezembro

Das 13 comissões do Senado, 10 já aprovaram emendas ao Orçamento da União. Ainda não votaram emendas as Comissões de Constituição

e Justiça (CCJ), de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Na entrevista, Eunício afir-

mou ainda que a transição entre um governo que se encerra e outro que vai começar é mais do que natural dentro do regime democrático.

Comissão pode analisar proposta que proíbe apelo ao consumo nas escolas

A proibição do apelo ao consumo em escolas da educação básica está na pauta da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 106/2017 pode ser votado na reunião de hoje, que começa às 11h.

A proposta proíbe a veiculação, nas dependências de qualquer estabelecimento de ensino da educação básica, público ou privado, de atividades de comunicação comercial, entre elas publicidade, para divulgação de produtos, serviços, marcas ou empresas, independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado. As exceções são informações relacionadas

diretamente à instituição de ensino e sua comunidade, relativa às atividades a elas inerentes.

De autoria do deputado Luciano Ducci (PSB-PR), o projeto acrescenta parágrafo único ao artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996).

O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), é pela aprovação do projeto, a ser analisado em caráter terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Tráfico de pessoas

Também está na pauta da comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/2012 — Complementar, da se-

nadora Lídice da Mata (PSB-BA). A proposta determina que os recursos confiscados de bens relacionados a crimes de lenocínio (promoção da prostituição) e tráfico de pessoas sejam direcionados a políticas públicas de reparação de danos causados pela exploração sexual e pelo próprio tráfico de pessoas.

CPMI

O texto tramita em conjunto com o PLS 297/2013, de autoria da CPMI da Violência contra a Mulher.

O voto da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), é pela aprovação do PLS 374/2012 e pelo arquivamento do PLS 297/2013.

O texto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CTFC também pode analisar, em caráter terminativo, projeto que proíbe empresas prestadoras de atendimento de reter senhas ou documentos que comprovem o horário de chegada do usuário aos estabelecimentos (PLS 545/2013).

O voto do relator, senador Wilder Moraes (DEM-GO), é favorável à aprovação do projeto.

A proposta, de autoria do senador Vicentinho Alves (PR-TO), já tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Regina lamenta silêncio diante de ataques ao STF

Regina Sousa (PT-PI) lamentou ontem o silêncio das autoridades diante dos conflitos por causa das eleições.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ela citou declarações do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de que apenas um cabo e um soldado seriam necessários para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora criticou outras declarações, como a de que, se Jair Bolsonaro vencer as eleições, os movimentos sociais serão enquadrados como terroristas.

— Então eu acho que a gente tinha que se preocupar. É impossível esta Casa ficar calada diante de tanta aberração. Porque quando você cala, você está dizendo que está certo.

Vanessa critica declaração de Eduardo Bolsonaro

A declaração do deputado eleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre o fechamento do Supremo Tribunal Federal foi lamentada ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ele declarou que para isso bastaria “um soldado e um cabo”.



Jefferson Ruy/Agência Senado

A senadora lembrou ainda a declaração do candidato à Presidência Jair Bolsonaro, que afirmou que vai banir “os marginais vermelhos que, se não quiserem ser presos, terão que sair do Brasil”. Ela comparou os discursos aos do líder nazista Adolf Hitler antes de chegar ao poder na Alemanha nos anos 30.

Para Vanessa, o Senado precisa se manifestar sobre as declarações e dar um basta ao que vem acontecendo no país.

Gleisi cobra Justiça sobre fala de presidencial

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou da Justiça a análise rápida de declarações de Jair Bolsonaro, que disse que vai prender opositoristas e impedir o trabalho da oposição caso seja eleito.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— As reações moderadas que estamos vendo dos tribunais, inclusive das próprias ofensas que sofrem, é algo estarecedor — afirmou.

Ela defendeu o ex-presidente Lula de críticas que vem recebendo de Bolsonaro. Segundo Gleisi, o candidato afirmou que o ex-presidente vai “apodrecer na cadeia”.

A senadora disse acreditar que os tribunais, apesar de acuados, vão cumprir a Constituição e assegurar a Lula um julgamento justo.

Governo do PSL será fadado ao fracasso, afirma Requião

Roberto Requião (MDB-PR) afirmou ontem que a candidatura de Bolsonaro é uma “tríplice aliança” entre forças autoritárias, expoentes do neoliberalismo e massas frustradas com a corrupção e a crise econômica. Segundo o senador, Bolsonaro aproveitou o descontentamento de amplos setores da sociedade, mas criou um movimento fadado ao fracasso.

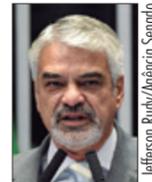


Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Requião, um eventual governo de Bolsonaro será marcado pela contradição de seus apoiadores, com interesses inconciliáveis. O senador vê uma “aliança inédita” entre setores expressivos da classe média, trabalhadores e lideranças nas Forças Armadas com o “liberalismo mercantilista”.

Candidato ataca democracia, diz Humberto Costa

Ao classificar a possibilidade de eleição de Jair Bolsonaro como ameaça às instituições democráticas, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o discurso do candidato do PSL deixa claro o desrespeito aos Poderes da República, à imprensa e aos adversários políticos. O senador chamou Bolsonaro de “projeto de ditador” e o acusou de ameaçar os opositores.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— É uma pessoa que não tem estatura política para governar este país. Só o ódio dos que estão de olhos vendados para a realidade faz com que eles votem nesse cidadão.

Segundo ele, o Brasil tem que escolher entre votar em apoio à liberdade e aos direitos humanos ou dar um “cheque em branco a um lunático”.

Comissão mista pode votar MP do setor automotivo

Medida criou incentivos fiscais para a indústria de automóveis e autopeças. Com isso, o governo pretende fomentar a exportação e estimular o setor a aumentar a capacidade e a competitividade

A MEDIDA PROVISÓRIA que instituiu nova política industrial para o setor automotivo brasileiro pode ser votada hoje na comissão mista que analisa o texto. Chamado de Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística, o regime automotivo substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. A MP 843/2018 recebeu 81 emendas.

A votação vem sendo adiada desde agosto. Na quarta-feira, a reunião foi cancelada por ausência do relator, deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), que ainda não apresentou parecer.

Assim como a política anterior, o Rota 2030 baseia-se em



À mesa, senadores Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim, presidente

incentivos fiscais, que somarão em média R\$ 1,5 bilhão ao ano durante 5 anos, segundo o governo. Em 2019, o benefício será de R\$ 2,1 bilhões.

Como contrapartida, as empresas terão que cumprir requisitos, principalmente

com investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O governo afirma que a indústria fará um aporte mínimo de R\$ 5 bilhões por ano.

O presidente da comissão mista é o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Eunício: Plenário pode decidir sobre Acir Gurgacz

Em entrevista ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o Plenário poderá vir a decidir sobre a perda ou não do mandato do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a quatro anos e meio de reclusão em regime semi-aberto. Eunício disse que ain-

da consultará o setor jurídico da Casa para determinar como encaminhará o caso.

— Essa questão do senador Acir, o Senado fez o papel que tinha que ser feito em relação à defesa do senador. Na última reunião que tivemos, eu coloquei com muita clareza que essa decisão compete ao Plenário. Eu vou analisar com

o departamento jurídico e, se houver necessidade de colocar em Plenário a perda ou não do mandato do senador Gurgacz, a decisão, caberá, obviamente, ao Plenário.

Em 10 de outubro, o STF negou dois pedidos da Advocacia do Senado para suspender a ordem de prisão e a perda dos direitos políticos de Gurgacz.

Pedro Chaves cobra que a Câmara analise fim de cobrança de bagagens por aéreas

Pedro Chaves (PRB-MS) cobrou ontem a votação, pela Câmara dos Deputados, do PDS 89/2016, de Humberto Costa (PT-PE), que re-



pautar o texto que dá fim à cobrança de despacho de bagagens em voos nacionais. De acordo com Chaves, a medida foi autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil por influência do lobby das companhias de aviação.

Parlamentares devem trabalhar e se preocupar mais com o povo, diz Reditario

Reditario Cassol (PP-RO) cobrou a tramitação de projeto dele que altera o Código Penal, avaliando que os senadores precisam trabalhar e se preocupar mais com o povo honesto e trabalhador. Ele lembrou “a péssima reputação dos par-



lamentares diante da opinião pública”, criticou os senadores em fim de mandato, que, segundo ele, estão deixando de cumprir seus deveres, e declarou esperar que os novos membros da Casa possam fazer o que o povo deseja.

Viana cobra apuração sobre interferência econômica e empresarial nas eleições

Jorge Viana (PT-AC) cobrou investigação isenta sobre a possível interferência econômica e empresarial pela internet nas eleições.



Para o senador, há uma crise que dificulta a convivência em harmonia, e a disseminação de notícias falsas pelas redes sociais pode levar o país a uma vitória do ódio, da brutalidade e das ideias antipedagógicas.

— Parece que o que conta na eleição é quem vai ser destruído, quem vai ser derrotado, quem vai ser pisado e desmoralizado.

— Parece que o que conta na eleição é quem vai ser destruído, quem vai ser derrotado, quem vai ser pisado e desmoralizado.

ELEIÇÕES 2018

Jorge Kajuru (PRP-GO)



Alberto Maia/Câmara Municipal de Goiânia

Novo senador investirá parte do salário em escolas

Kajuru quer destinar verba de senadores à educação

O primeiro projeto de Jorge Kajuru será para tentar reduzir em 50% os benefícios e gastos dos congressistas. A ideia é que senadores e deputados abram mão de parte dos salários e das verbas indenizatórias e destinem esses recursos para investimentos em educação.

— Cada senador custa R\$ 3 milhões por ano. Quero dar exemplo à nação ao cortar na própria carne. Se cortarmos 50% e destinarmos essa economia para investir em educação,

será revolucionário.

Kajuru, que é vereador em Goiânia, garantiu que doar 50% das verbas destinadas ao seu mandato.

— Só aceitarei 50% do meu salário para pagar minhas despesas porque vou morar em Brasília. Não devolverei o que eu receber ao erário porque não sei se esse dinheiro pode parar no ralo da corrupção. Vou investir em escolas e instituições sérias e vou documentar essas doações — assegurou.

Paulo Paim (PT-RS)



Pedro França/Agência Senado

Representante gaúcho é contra mudar a Previdência

Paim reafirma pacto com direitos do trabalhador

Reeleito para um mandato de 8 anos a partir de 2019, Paulo Paim afirma que manterá a defesa de pautas como os direitos dos aposentados e trabalhadores. No terceiro mandato, Paim também pretende reverter a Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos.

— Nenhum país do mundo congela investimentos por 20 anos. O desemprego aumenta de forma assustadora, a renda diminui.

O senador, que foi presidente da CPI da Previdência em 2017, afirmou ainda que continuará a combater a proposta de reforma do sistema proposta pelo presidente da República, Michel Temer. A tramitação do projeto de reforma da Previdência está paralisada em razão da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Para ele, o texto praticamente proíbe os trabalhadores de se aposentar e entrega a Previdência aos banqueiros.

Major Olimpio (PSL-SP)



Roque Sá/Agência Senado

Relação da União com SP é prioridade do atual deputado

Major Olimpio defende reforma da segurança

Major Olimpio conquistou uma cadeira no Senado ao obter mais de 9 milhões de votos no estado de São Paulo. Ele disse que a prioridade de seu mandato será fazer a sustentação e a defesa de um eventual governo de Jair Bolsonaro — favorito nas pesquisas para a Presidência da República.

O futuro senador destaca que vai trabalhar por uma “grande reforma da segurança pública”, que ele classifica

como “mais que necessária”. Para isso, defende a redução da maioria penal.

Ele ainda promete trabalhar por mais equilíbrio na relação fiscal de São Paulo com a União e elogia a renovação dos parlamentares no Congresso Nacional.

— Serei um intransigente defensor do estado. A renovação foi uma boa faxina que a população fez no Congresso, mas essa faxina precisava ser muito maior e mais ampla.